

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ANÁLISE TÉCNICA

1. DOCUMENTAÇÃO GERAL DE ENGENHARIA	
O Conveniente insere ou preenche no <b>Transferegov</b> , no módulo "Projeto Básico/Termo de Referência", conforme instruções do "Manual de Inclusão de Projeto Básico/Termo de Referência", a seguinte documentação: <a href="https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/transferegov/obras/obras/1-tutorial_projeto-basico.pdf/view">https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/transferegov/obras/obras/1-tutorial_projeto-basico.pdf/view</a>	
1.1	Plano de Trabalho;
1.2	Quadro de Composição de Investimento (QCI);
1.3	Documento de titularidade compatível com os croquis e/ou desenhos apresentados quanto aos seus limites, com detalhamento e coordenadas geográficas suficientes para permitir associar a área de intervenção com o mesmo;
1.3.1	<i>Para bens públicos de uso comum do povo, tais como estradas, ruas e praças, alternativamente, a titularidade pode ser comprovada mediante declaração do Chefe do Poder Executivo de que a área é bem de uso comum do povo pertencente ao ente beneficiado, de acordo com a Constituição Federal e os arts. 98 e 99 do Código Civil, e que não possui matrícula em cartório de registro de imóveis, conforme disposto na Lei nº 6.015, de 31/12/1973 (ANEXO I).</i>
1.4	Relatório de sondagem, obrigatório para o caso de obras de edificações;
1.5	Projeto de engenharia contendo itens como elementos gráficos de engenharia, planta de localização da intervenção em escala adequada para sua avaliação, memoriais e especificações que permitam a caracterização da intervenção, bens, equipamentos e insumos e a conclusão sobre sua viabilidade técnica;
1.5.1	<i>Vedado o aproveitamento de projetos elaborados há mais de 5 (cinco) anos da análise sem que haja declaração do Conveniente de que esses foram revisados em seus aspectos técnicos e orçamentários.</i>
1.5.2	<i>Para CR Nível III, estudos de concepção ou de alternativas de projeto ou relatório tecnicamente embasado do profissional responsável técnico, justificando a solução adotada.</i>
1.5.3	<i>Para projetos elaborados utilizando a metodologia BIM, o Conveniente pode submeter o arquivo em formato IFC.</i>
1.5.4	<i>Memorial com especificações dos materiais, equipamentos, elementos, componentes e sistemas construtivos coerentes aos serviços projetados e orçados.</i>
1.5.5	<i>Na especificação de bens e equipamentos é vedada a menção de marca de fabricante para não cercear eventual concorrência, e na especificação de insumo é permitida a menção da marca quando esta representa no mercado produto de qualidade reconhecida e notório uso, caso em que deve ser acrescido termo como "ou similar".</i>
1.5.6	<i>O Projeto de Engenharia deve ser exclusivamente incluído no Transferegov em arquivo "dwg", ".xls" ou ".pdf", incluindo:</i> <i>a) o carimbo digitalizado de uma das pranchas de cada projeto, contendo a assinatura dos responsáveis e os correspondentes carimbos de aprovação dos órgãos competentes;</i> <i>b) os comprovantes de aprovação digital.</i>
1.6	Planilha Orçamentária (PO) detalhada com indicação da data-base, das fontes e respectivos códigos de composições de serviços, dados do responsável técnico, regime de desoneração e taxa de BDI;
1.7	Detalhamento da taxa de BDI adotado e dos encargos sociais (se utilizada outra referência que não SINAPI ou SICRO);
1.8	Declaração informando a base de cálculo (percentual da obra que se refere a serviço) e, sobre esta, a respectiva alíquota de ISS, correspondente a um percentual entre 2% e 5%, conforme legislação tributária municipal;
1.9	Declaração da data-base quando esta, a critério do Conveniente, diferir da presente na PO;
1.10	Cronograma Físico-Financeiro;
1.10.1	<i>Os custos de administração local, gerenciamento, se houver, e aluguéis de unidades para o canteiro de obras devem estar distribuídos no CFF/Eventograma de forma que o desbloqueio desses itens aconteça proporcionalmente à execução da obra.</i>
1.11	Eventograma (Abas Eventos e Frentes de Obra da Plataforma) quando for o caso;
1.11.1	<i>Os eventos são definidos pelo Conveniente de acordo com o "plano de ataque" da obra.</i>
1.12	ART/RRT (registrada) dos profissionais responsáveis pela elaboração dos projetos, de acessibilidade, de serviços de engenharia e do orçamento (é recomendado indicar o número do contrato de repasse no campo observações).
1.13	Aprovação do projeto da intervenção junto aos órgãos competentes (prefeitura, Corpo de Bombeiros, vigilância sanitária, concessionárias de serviços públicos etc.) ou sua dispensa e outras licenças, outorgas ou autorizações porventura necessárias;
1.13.1	<i>Se a legislação do Corpo de Bombeiros não prever a aprovação de projetos, o Conveniente apresentará documento firmado pelo responsável técnico pela elaboração do projeto declarando tal dispensa.</i>
1.13.2	<i>Para intervenções em faixa de domínio de rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos e linhas de transmissão, é obrigatória a apresentação de manifestação favorável emitida pelo órgão responsável pelo sistema.</i>
1.13.3	<i>Para intervenções em locais protegidos pelo seu valor cultural é obrigatória a manifestação favorável emitida pelo órgão responsável pela preservação do patrimônio.</i>
1.13.4	<i>Quando a intervenção implicar no uso ou em interferência em recursos hídricos (superficiais ou subterrâneos) é apresentado o documento de outorga emitido pelo órgão competente, sendo sua apresentação condição para a retirada da Cláusula Suspensiva.</i>
1.14	Licença ambiental, dispensa ou outro instrumento de manifestação do órgão ambiental competente aplicável à intervenção;

1.14.1	<i>Para os contratos que prevejam intervenções de impacto ambiental nulo ou irrelevante, desde que a área de intervenção esteja regularizada, em que a legislação dispensa a manifestação ambiental, o Conveniente deverá apresentar declaração informando o grau de impacto da intervenção e o enquadramento na legislação que isenta da necessidade de manifestação ambiental.</i>
1.14.2	<i>Compete ao órgão ambiental estadual a expedição de Licença Ambiental, cabendo ao órgão municipal declarar sua competência para emissão da referida licença conforme tipologia definida pelo respectivo Conselho Estadual de Meio Ambiente.</i>
1.14.3	<i>Nos casos em que a licença ambiental estabelece condicionantes e/ou restrições específicas e detalhadas para o empreendimento, que interferem na concepção, no desempenho ou nos custos do objeto, a viabilidade da intervenção está condicionada à adequação da proposta às condições determinadas na licença.</i>
1.15	Declarações de viabilidade de fornecimento/existência/expansão de rede de energia elétrica, água potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos urbanos emitidas pelas concessionária correspondente;
1.15.1	<i>Se os custos referentes à implantação ou expansão de tais sistemas não estiverem contidos no VR, o Conveniente deverá apresentar declaração de compromisso da concessionária com a execução destas obras, com devido cronograma de implantação com prazo compatível que não prejudique a funcionalidade do empreendimento.</i>
1.15.2	<i>Se os custos referentes à implantação ou expansão de tais sistemas estiverem contidos no VR, é necessária apresentação de declaração de guarda, manutenção e operação pelas respectivas concessionárias.</i>
1.15.3	<i>É dispensável a declaração de viabilidade para os casos em que a área seja dotada de solução alternativa permitida pelo programa ou para aqueles que não necessitem destes serviços para alcançar a funcionalidade.</i>
1.15.4	<i>Declaração de viabilidade de coleta de resíduos sólidos urbanos no caso de implantação de empreendimentos habitacionais afastados da malha urbana, estabelecimentos penais ou unidades de saúde que necessitem de coleta especial.</i>
1.16	Nesta etapa deve ser realizado o Planejamento da(s) licitação(ões), devendo ser informado, através de declaração:
1.16.1	a) indicação das submetas que serão licitadas em conjunto ou separadamente; b) regime de execução (Exemplos: EPG, EPU ou CI);
1.16.2	c) legislação (Exemplos: Lei 14.133/2021, 8.666/1993, 10.520/2002 ou 12.462/2011); d) forma de execução (direta ou indireta) - É vedada a execução direta para CR contratados em exercícios a partir de 2018, uma vez que o acompanhamento desse tipo de operação não é contemplado no CPS e na regulamentação da IN MPDG nº 002/2018. e) se pretende utilizar a modalidade de contratação Pregão; f) se pretende que o orçamento tenha caráter sigiloso (Para CR vinculados aos exercícios financeiros a partir de 2018, é vedada a apresentação de Projeto de Engenharia com orçamento sigiloso, pois os valores dos itens da Planilha Orçamentária devem ser registrados no Transferegov, que não prevê o sigilo da referida Planilha.)
1.17	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos:
1.17.1	<i>É obrigatório o cumprimento das disposições da Lei nº 10.098/2000, do Decreto Federal nº 5.296/2004 e da NBR 9050, comprovado mediante apresentação dos projetos e respectiva ART/RRT de acessibilidade, permitida em conjunto com as responsabilidades de projeto, quando couberem.</i>
1.17.2	<i>Apresentar o Projeto Básico de Acessibilidade, a Declaração de Conformidade em Acessibilidade assinada pelo representante legal do Conveniente e pelo responsável técnico pelo projeto e a Lista de Verificação de Acessibilidade assinado pelo responsável técnico pelo projeto, conforme Instrução Normativa MPDG nº 2/2017.</i>
1.17.3	O conteúdo mínimo dos itens da Lista e o modelo da Declaração constam dos Anexos I e II da Instrução Normativa nº 2/2017, disponível no sítio: <a href="https://www.gov.br/transferegov/pt-br">https://www.gov.br/transferegov/pt-br</a>
1.17.4	<i>Para CR Nível III, no qual o Projeto Básico de Acessibilidade não possua detalhamento que permita verificar os requisitos de acessibilidade, deve ser apresentado a sua complementação ou o Projeto Executivo de Acessibilidade.</i>
1.17.5	<i>Se o manual de programa dispensar o atendimento à acessibilidade ou na impossibilidade de aplicação de solução alternativa (por exemplo, em estradas vicinais, passeios em bens culturais imóveis ou assentamentos subnormais) o projetista preenche o item "não se aplica" da referida Lista, com justificativa.</i>
1.18	Para CR Nível III, estudo de concepção ou de alternativas de projeto ou, quando não couber, relatório tecnicamente embasado de seu profissional responsável técnico justificando a solução que adotou;
1.19	Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou do equipamento a ser adquirido, ou documento equivalente, acompanhado de ofício comprovando a comunicação ao respectivo Poder Legislativo do compromisso assumido;
1.19.1	<i>Para as operações vinculadas aos gestores que não disponibilizaram o modelo, a comprovação da existência do Plano de Sustentabilidade pode ser feita por meio de declaração do conveniente informando que possui condições orçamentárias para arcar com as despesas e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto, incluindo sua operação e manutenção (Lei nº 14.116/2020, art. 83, §2º e Lei nº 14.194, de 20/08/2021, art. 82, §2º).</i>
1.19.2	<i>Independentemente da forma de comprovação da existência do Plano de Sustentabilidade, o Conveniente deve comprovar a comunicação ao respectivo Poder Legislativo do compromisso assumido.</i>
1.20	Matriz de alocação de riscos, obrigatória para obras e serviços acima de R\$200.000.000,00 licitadas utilizando a Lei 14.133/2021 e para contratação integrada e semi-integrada.
1.21	Declaração assinada pelo orçamentista do Conveniente declarando que verificou e atestou que a especificidade local justifica a manutenção de serviço(s) significativo(s) que tem seu(s) mais expressivo(s) insumo(s) indicado(s) com a legenda "AS" (atribuído São Paulo).
<b>Para evitar divergência de informações os documentos dos itens 1.1, 1.2, 1.6, 1.10, 1.11, 1.16.1 não devem ser anexados no Módulo Projeto Básico/Termo de Referência do Transferegov, visto que os mesmos são preenchidos diretamente neste sistema.</b>	
<b>2. EDIFICAÇÃO</b>	
2.1	Projeto (layout) do Canteiro de Obras contendo desenhos com arranjo das cercas, tapumes, instalações provisórias de água, luz, gás e telefone, arruamentos interno e caminhos de serviço, bem como de edificações provisórias destinadas a abrigar o pessoal (casas, alojamentos, áreas de vivência, refeitórios, vestiários, sanitários etc.) e as dependências necessárias à obra, (escritórios, cozinha, enfermaria, barracões, laboratórios, oficinas, almoxarifados, balança, guarita etc.);
2.2	Levantamento planialtimétrico da área/terreno dotado de curvas de nível com distanciamento adequado à escala do projeto, hidrografia e divisor de bacias, edificações e arruamento existentes no local, e outros;

2.3	Projeto arquitetônico composto por desenhos incluindo planta de situação e locação, implantação do edifício e sua relação com o entorno do local escolhido, acessos e estacionamentos, plantas baixas dos pavimentos e de cobertura, cortes, fachadas e elevações, detalhes que possam influir no valor do orçamento. Indicação de elementos existentes, a demolir e a executar, em caso de reforma e/ou ampliação;
2.4	Projeto de terraplenagem com a implantação do empreendimento, indicando as seções longitudinais e transversais tipos, com indicação da situação original e da final, além da definição de patamares, taludes, contenções e cálculo dos volumes de desmatamento, corte e aterro, além dos quantitativos de materiais;
2.5	Projeto de fundações composto por desenhos e especificações informando a locação, características e dimensões dos elementos de fundação, além dos quantitativos de materiais;
2.6	Projeto estrutural composto por desenhos e tabelas com a definição do sistema estrutural em plantas, cortes, elevações, detalhes de formas, armaduras e outros, além de quantitativos de materiais;
2.7	Projeto de instalações hidrossanitárias composto de desenhos e especificações com planta e perfis das redes/ligações às redes existentes, esquemas verticais e isométricos representando as tubulações, prumadas, reservatórios, barriletes, caixas de passagem e inspeção e outros equipamentos, e detalhes de elementos da instalação necessários à perfeita compreensão do projeto, incluindo a lista de materiais;
2.7.1	<i>Nas soluções individuais de fossas sépticas/sumidouros, apresentar projeto completo com dimensionamento e teste de absorção do solo.</i>
2.7.2	<i>Nas soluções individuais de fossas sépticas/filtros anaeróbios, apresentar projeto completo com dimensionamento e indicação do destino final.</i>
2.8	Projeto de instalações elétricas composto por desenhos e especificações contendo plantas de distribuição dos circuitos e pontos de energia, telefonia e lógica, dispositivos de proteção, detalhes da entrada de energia e SPDA, projeto da subestação, quando necessário, quadro de cargas, diagrama unifilar, quadro de legendas etc., incluindo a lista de materiais;
2.9	Projeto de Instalações de Detecção e Alarme e de Combate à Incêndio com planta de situação, redes existentes, tubulações, válvulas, registro, conexões, hidrantes, extintores, sistema de detecção e alarme, iluminação e sinalização de emergência, incluindo a lista de materiais;
2.10	Projeto de instalações de ar condicionado composto de desenhos e especificações contendo planta baixa com marcação de dutos e equipamentos fixos, tais como unidades condensadoras e evaporadoras, e especificações técnicas desses equipamentos, incluindo a lista de materiais;
2.11	Projeto de Instalações de Transporte Vertical com desenhos e plantas de localização dos elevadores e escadas rolantes, dimensões principais, casa de máquinas, poço e ligações elétricas;
2.12	Projeto Básico e/ou Executivo de Acessibilidade observando as regras gerais para acessibilidade previstas na Lei nº 10.098/2000, e no Decreto Federal nº 5.296/2004, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT (NBR 9050);
2.13	Projeto de Paisagismo com planta de implantação e níveis, especificação de espécies vegetais, materiais e equipamentos, incluindo a lista de materiais;